



SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS SOCIAIS E COMBATE À FOME
CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SANTA
CATARINA

RELATÓRIO

V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – *Comida de Verdade no
Campo e na Cidade*

FLORIANÓPOLIS
SETEMBRO, 2015.

1. APRESENTAÇÃO

A V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (V CESAN/SC), realizada no Hotel Praia Brava Hotel, Rua Professor Ari Kardec Bosco de Melo, número 64, Praia Brava, Florianópolis–SC, ocorreu nos dias 10,11 e 12 setembro de 2015, foi um momento de ampla participação da sociedade civil organizada e de representantes do governo.

O objetivo geral desta Conferência foi ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo a todas e todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e nos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como os seguintes objetivos específicos: I – Identificar os avanços e obstáculos para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e apresentar proposições para garantir a todos e todas, comida de verdade no campo e na cidade; II - Avaliar, segundo a perspectiva do desenvolvimento socioambiental sustentável, os desafios atuais da Política e dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional para avançar na realização do direito humano à alimentação adequada e saudável e na promoção da soberania alimentar em âmbito nacional e internacional; III - Avançar no comprometimento dos três poderes da República, em todas as esferas de governo, e ampliar a participação e o compromisso da sociedade brasileira no processo de construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), reafirmando o pacto social em torno do direito humano à alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar; IV – Avaliar os avanços, desafios e prioridades entre as propostas da 4ª. Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - PESAN.

Para alcançar os objetivos propostas, a V CESAN/SC foi orientada pelo tema central “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, por meio dos eixos: Eixo 1: Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar; Eixo 2: Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcances da política pública; Eixo 3: Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Eixo Estadual: Relação entre as propostas da IV CESAN e o do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (PESAN/SC): avanços, desafios e prioridades.

Desde a convocação da V Conferência Nacional, foram realizados conferências e eventos municipais e encontros temáticos estadual, espaços preparatórios para as etapas seguintes. Isso significou algo notável em relação ao controle social, pois o estado se uniu para discutir soberania alimentar, direito humano a alimentação adequada, segurança alimentar e nutricional e os meios para promoção e garantia desses direitos. Esse exercício de democracia participativa mobilizou sociedade civil e governo, articulados para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população catarinense, reconhecendo a importância e o significado das Conferências de SAN, como espaços unânimes de participação social para o fortalecimento e efetivação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

A V CESAN/SC contou com 244 participantes, composta por delegados natos membros do CONSEA/SC e delegados eleitos nas etapas municipais, regionais e encontros temáticos preparatórios, além de convidados do CONSEA/SC e CAISAN/SC e representantes de órgãos, entidades, instituições e pessoas com atuação de relevância na área de Segurança Alimentar e Nutricional.

Este relatório é composto pelas seguintes partes: Etapas Municipais, Regionais e Encontros Temáticos; Programação oficial da V CESAN/SC; Encaminhamentos que incluem propostas organizadas a partir dos eixos norteadores, discutidas e votadas pela plenária final; A relação dos delegados da sociedade civil e governo eleitos pela plenária da V CESAN/SC; As moções estaduais apresentadas e votadas durante a plenária final, e moções municipais/regionais com abrangência estadual ou nacional encaminhadas pelos diferentes municípios ou regiões.

2. ETAPAS MUNICIPAIS, REGIONAIS E ENCONTROS TEMÁTICOS ESTADUAIS

Entre os meses de abril e junho de 2015 aconteceram em Santa Catarina 31 conferências, sendo 19 municipais e 12 regionais. Essas conferências envolveram a participação de 170 municípios, cerca de 58% dos municípios catarinenses, com a participação de 3.472 membros da sociedade civil e do governo, elegendo para etapa estadual 303 delegados.

Após as Conferências Municipais e Regionais, foram realizados três Encontros Temáticos Estaduais. Os encontros ocorreram durante os dias 26, 27, e 28 de agosto, no município de São José. O primeiro Encontro Temático teve como temática a “Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais”, envolvendo 78 participantes, dentre eles a representação dos Povos de Matriz Africana, dos Povos de Terreiro, dos Quilombolas, dos Pescadores Artesanais e dos Indígenas da etnia Xokleng. Esse Encontro Temático elegeu seis delegados para etapa estadual, sendo eles: dois representantes Quilombolas, um representante Pescador Artesanal, um representante do Movimento Unificado Negro, um representante de Povos de Matriz Africana e um representante Indígena da Etnia Xokleng.

O segundo Encontro Temático com a temática “Agrotóxico e Transgênico”, contou com 90 participantes de diversas áreas relacionadas ao tema. O terceiro e último Encontro Temático teve como tema “Abastecimento de alimentos e Agricultura urbana”, contando com 88 participantes de diversificados espaços e representações relacionadas ao tema, vale destacar, que o encontro contou com a significativa participação do Movimento de População em Situação de Rua, que mostrou a realidade dessa parcela da população que vive em constante vulnerabilidade social, além, de reivindicar a inclusão dessa população como público prioritário nas políticas sociais, destacando a necessidade de serem atendidos pelos equipamentos públicos de SAN. Salienta-se que é a primeira vez em Santa Catarina que essa população tem representação nas discussões e construções da Segurança Alimentar e Nutricional. Os três encontros temáticos encaminharam propostas à V CESAN/SC.

Vale ressaltar que houve pouca participação dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais nas etapas municipais/regionais. Segundo relato desses povos e comunidades a ausência se deu por falta de conhecimento dos mesmos sobre os acontecimentos das conferências, relataram também pouco interesse da maioria dos municípios/regiões em fomentar a participação deles nas conferências, assim como falta de entendimento da prioridade desses povos na política de SAN e da orientação sobre as cotas disponíveis para a V CESAN/SC, durante a eleição de delegados. Com base nesses dados e relatos, o CONSEA/SC decidiu empenhar mais esforços e intensificar a localização, mobilização e convite para que os representantes indígenas das diferentes etnias, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais participassem dos Encontros Temáticos e da V

CESAN/SC. Essa atividade contou com o apoio dos conselheiros do CONSEA/SC representantes desses povos e comunidades, e do Projeto de Extensão “Apoio à Consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado de Santa Catarina”, projeto da Secretaria Executiva de Políticas Sociais de Combate à Fome em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária – FAPEU/UFSC. Diante dessa demanda, foram encontradas ainda inúmeros entraves, tais como: Dificuldade de contato e articulação com as demais etnias indígenas (Kaingang e Guarani); dificuldade de contato e articulação com as Comunidades Ciganas; dificuldade de contato e articulação com Comunidades de Pescadores Artesanais e Extrativistas; dificuldade de articulação com os Povos de Terreiro; e quando estabelecido o contato com os povos e comunidades tradicionais, a dificuldade encontrada foi a não possibilidade, por parte do estado, em disponibilizar transporte, alimentação e hospedagem para os representantes de outros municípios. Uma das consequências dessas dificuldades encontradas foi a presença, durante o Encontro Temático de povos e comunidades tradicionais, de representantes de apenas uma das etnia indígena, a etnia Xokleng, como também, somente um representante dos Pescadores Artesanais, um representante de povos de terreiro, e nenhum representante da Comunidade Cigana e dos Extrativistas.

3. PROGRAMAÇÃO DA V CESAN/SC

Horário	10/09/2015
15h00	Credenciamento
17h00	Mesa de Abertura Governo/SC, Consea Nacional, Consea/SC; Caisan Nacional, Caisan/SC
18h00	Palestra de Abertura Comida de Verdade No Campo e na Cidade (Consea Nacional)
19h00	Debate
20h00	Leitura e aprovação do Regulamento da Conferência
21h30	Jantar
Horário	11/09/2015
08h00	Preparatório para o debate sobre os Eixos da Conferência
09h30	Grupos de debate sobre o Eixo 4: Relação entre as propostas da IV CESAN e o PESAN: avanços, desafios e prioridades. <ul style="list-style-type: none"> • Grupo Diretriz 1: Promoção do Acesso Universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; • Grupo Diretriz 2: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; • Grupo Diretriz 3: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano

	<p>à Alimentação Adequada;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupo Diretriz 4: Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o Decreto nº6.040/2007; • Grupo Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional; • Grupo Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura; • Grupo Diretriz 7: Monitoramento e avaliação da realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; • Grupo Diretriz 8: Consolidação do SISAN em Santa Catarina.
12h00	ALMOÇO
14h00 às 18h	<p>Grupos de debate sobre os Eixos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eixo 1: Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar; (3 grupos) • Eixo 2: Estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional; (3 grupos) • Eixo 3: Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersetorialidade. (2 grupos)
Horário	12/09/2015
08h00	Plenária para socialização e debate sobre as propostas finais da Conferência
11h00	Eleição dos Delegados para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
12h:30	Encerramento

4. ENCAMINHAMENTOS DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SANTA CATARINA

4.1 PROPOSTAS

A conferência estadual expressou seus debates e a elaboração de suas propostas com base no Documento de Referência, somado às perguntas norteadoras enviadas pelo Conselho Nacional. As discussões dos Grupos de Debate (GD), foram feitas a partir dos 4 eixos orientadores: os três primeiros correspondentes aos Eixos nacionais, e o quarto referente à análise do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, I PESAN

A metodologia de execução das atividades foi realizada em dois momentos, no período da manhã foi feita a discussão relativa ao Eixo 4 - Estadual: "Relação entre as propostas da 4ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN) e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PESAN): avanços, desafios

e prioridades”. Os GD’s foram divididos de acordo com as oito diretrizes do Plano estadual.

Dentro destes grupos, foram apontadas, através de análise do Plano e comparação com as propostas da CESAN anterior, alterações, inclusões ou exclusões de metas e/ou ações, a fim de aprimorar o mesmo. Por tratar-se de um eixo estadual, o mesmo será analisado e discutido posteriormente, nos espaços do CONSEA/SC e da CAISAN/SC.

No período da tarde, os GD’s foram divididos de acordo com os três Eixos descritos abaixo, e cada eixo foi dividido em dois ou três grupos, para promover um melhor aproveitamento da discussão e definição das propostas, proporcionando a todos direito à voz.

- **EIXO 1:** Comida de verdade: avanços e obstáculos para conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar (3 grupos);
- **EIXO 2:** Estratégias em andamento para conquista da comida de verdade no âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional (3 grupos);
- **EIXO 3:** Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersetorialidade (2 grupos).

Nestes eixos, foram analisadas as propostas provenientes das Conferências Municipais e Regionais de SAN, a fim de elencar propostas adequadas ao âmbito estadual e/ou nacional (Apêndice A, B e C).

A aprovação das propostas ocorreu no dia 12 de setembro no período da manhã. Diante do grande número de propostas elaboradas, não houve tempo hábil para aprovação de todas as propostas por quórum mínimo. Dessa forma, ficou decidido em plenária final que seriam elencados acordos (Apêndice D) e realizada análise e aprovação das demais propostas por *Ad Referendum*, pelos membros do CONSEA/SC e da Comissão Organizadora.

3.1 DELEGADOS

Dos 303 delegados eleitos nas etapas municipais, regionais e no encontro temático estadual, apenas 189 estiveram presentes na V CESAN; e dentre esses foram eleitos 39 delegados estaduais (Apêndice E) que representarão o estado de Santa Catarina na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Os delegados foram divididos e eleitos pelos seguintes grupos: regiões Oeste (quatro vagas para representantes da Sociedade Civil e três vagas para representantes do Governo), Sul (uma vaga para representante da Sociedade Civil e uma vaga para representante do Governo), Serra Catarinense (uma vaga para representante da Sociedade Civil e uma vaga para representantes do Governo), Vale do Itajaí (duas vagas para representantes da Sociedade Civil e uma vaga para representantes do Governo), Norte (três vagas para representantes da Sociedade Civil e três vagas para representantes do Governo), Grande Florianópolis (uma vaga para representante da Sociedade Civil e uma vaga para representante do Governo), Povos e Comunidades Tradicionais (uma vaga para representante Indígena da etnia Kaygang, uma vaga para representante Indígena da etnia Guarani, uma vaga para representante Indígena da etnia Xokleng, duas vagas para representante Quilombola, uma vaga para representante de Povos de Matriz Africana e Povos de Terreiro, três vagas para representantes de Negros, uma vaga para representante de Pescadores Artesanais ou Ciganos), Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (uma vaga para o Presidente e três vagas para

conselheiros representantes da Sociedade Civil) e Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (três vagas para representantes governamentais).

3.2 MOÇÕES

As Moções de caráter Estadual, e as provenientes das Etapas Municipais e Regionais (Apêndice F) com relevância estadual ou nacional, foram apresentadas em Plenária Final e aprovada pelos delegados.

4 APÊNDICES

APENDICE A - Quadro com Propostas do EIXO I – “Comida de verdade: avanços e obstáculos para conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar”. Florianópolis, 2015.

Nº proposta	Propostas
1	Adequar a legislação, visando a economia solidária, nos seguintes itens: a) diminuição da burocracia para os agricultores familiares e agricultores pertencentes a PCTs (povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros), conforme decreto 6.040/2007; b) flexibilização do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI e SUASA); c) isenção de impostos para agricultores familiares e agricultores pertencentes a PCTs conforme decreto 6.040/2007, e para estabelecimentos que oferecem alimentos orgânicos, agroecológicos e que atendam pessoas com necessidades alimentares especiais nas escolas; d) facilitação da certificação de forma participativa dos produtos orgânicos e agroecológicos e a rotulagem de seus produtos
2	Criar mecanismos de capacitação dos atores envolvidos com alimentação escolar, além de fiscalização para que a normativa que determina a compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE, seja efetivada
3	Realizar mais de uma chamada pública do PNAE por ano
4	Realizar três orçamentos como ferramenta para ajuste de preço com base no decreto de lei para a aquisição de produtos do PNAE através da agricultura familiar. Parágrafo único: Os municípios devem aumentar, conforme a sua produção, a demanda de produtos da agricultura familiar visando chegar a 100%
5	Aumentar para 100% a compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE, com prioridade para alimentos orgânicos e agroecológicos
6	Fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada a agroecologia, ocorrendo a desburocratização horizontal pública e gratuita que garanta chamadas públicas de pequenos lotes, oportunizando o acesso as cooperativas da agricultura familiar
7	Fomentar Lei Estadual que determine percentual de 50% de aquisição da agricultura familiar convencional e orgânica em estabelecimentos comerciais (incluindo panificados e massas em geral), com garantia de venda de caráter contínuo e permanente, por meio de incentivo fiscal
8	Mobilizar e sensibilizar agricultores familiares para trabalhar e produzir por meio de associações ou cooperativas, sob a orientação de: a) adquirir seus equipamentos e bens coletivamente; b) usar EPI; c) produzir alimentos orgânicos e agroecológicos; d) criar e capacitar grupo de jovens e mulheres agricultoras
9	Criar uma política nacional de facilitação do acesso do produtor da agricultura familiar a sementes e insumos de produção agroecológica, com criação de bancos de sementes de bases agroecológicas
10	Modificar o Programa Troca-troca de Sementes a fim de garantir a aquisição ou fomento local de sementes de variedades locais próprias da agricultura familiar (não-transgênicas)
11	Promover incentivos públicos para produção e resgate de sementes crioulas, criando bancos comunitários

12	Fomentar as ações relacionadas à retomada das casas familiares rurais
13	Ampliar e incentivar os investimentos, as pesquisas em tecnologias para agroecologia e agricultura familiar, garantindo que 50% das pesquisas da FAPESC sejam voltadas para a agroecologia, com retorno e publicação periódica dos resultados para a comunidade pesquisada
14	Garantir que o governo estadual e federal faça todas as compras de alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos, e considerando a cultura alimentar regional e dos PCTs (povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros), por editais com menos burocracias
15	Facilitar a transição com redução de encargos e impostos na transição da agroindústria familiar do Sistema de Integração Municipal para Sistema de Integração Estadual/Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal/Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
16	Criar financiamento sem juros por meio do BADESC (Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina) para estruturação das cooperativas de agricultura familiar que façam distribuição de alimentos para os mercados institucionais
17	Criar um programa interno da EPAGRI para a expansão das ações de base agroecológica
18	Reestabelecer a rotulagem obrigatória de transgênicos, identificando de forma escrita e clara ao consumidor
19	Incentivar a produção de alimentos agroecológicos e familiares através do uso de defensivos agrícolas naturais agroecológicos, preservando o meio-ambiente e conservando a saúde dos consumidores
20	Capacitar os agricultores para produzirem sem uso de agrotóxicos, e se o fizerem treiná-los no correto uso
21	Criar centros culturais de lazer e academias ao ar-livre, nas comunidades rurais, para permanência do jovem e mulheres no campo
22	Fomentar um plano de subsídio específico para produtores de leite da agricultura familiar e comunidades quilombolas e povos indígenas
23	Fiscalizar os recursos repassados aos estados e municípios com mais transparência, tanto na saúde, educação, agricultura e pesca
24	Subsidiar o agricultor familiar, quilombola e indígena, quando o mesmo for prejudicado por problemas climáticos
25	Não permitir o uso de alimentos transgênicos no PNAE e compras institucionais
26	Aprimorar a lei de informação da toxicidade dos alimentos, dando maior visibilidade nas informações
27	Promover campanhas de divulgação sobre os malefícios da presença de toxicidades, referentes aos alimentos da agricultura convencional e os industrializados
28	Isentar ICMS para agricultores familiares sobre as sementes, mudas e insumos de base agroecológica
29	Aumentar a taxa de ICMS na comercialização de agrotóxicos e insumos químicos sintéticos
30	Incentivar a indústria de insumos agroecológicos com baixa taxação fiscal
31	Destinar parte dos recursos arrecadados com multas ligadas aos agrotóxicos e parte da arrecadação de ICMS das indústrias de agrotóxicos para o fundo estadual de segurança alimentar nutricional e ações de agroecologia
32	Estimular, fomentar e ampliar ações relacionadas ao tema de “educação alimentar e nutricional” no plano curricular das Escolas municipais, estaduais e particulares, permeando as disciplinas existentes, garantindo a participação da comunidade escolar e, ainda, fortalecer o Programa Nacional de Integração da

	Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego para Atendimento de Estudantes da Educação de Jovens e Adultos (PRONATEC-EJA) como equipamento de formação profissionalizante neste âmbito
33	Adequar à alimentação das escolas municipais, estaduais, federais e particulares à legislação do PNAE
34	Criar legislação para que as escolas particulares adequem sua alimentação e ações de educação alimentar e nutricional conforme legislação do PNAE
35	Retirar a cantina das escolas públicas e atualizar a Lei das Cantinas para as escolas particulares e garantir a fiscalização desta lei
36	Garantir o número de profissionais capacitados com o objetivo de promover os Programas (Núcleo de Apoio a Saúde da Família, Saúde na Escola, entre outros) com uma equipe multiprofissional para promoção da saúde e prevenção de doenças relacionadas com a alimentação, e cuidado integral às pessoas com diabetes, hipercolesterolemia, obesidade, anemias, anemia falciforme, hipertensão, desnutrição, intolerância ao glúten e a lactose, e outros erros inatos de metabolismo)
37	Realizar a orientação e capacitação das agentes de alimentação (merendeiras/cozinheiras) e professoras para que as mesmas tenham o conhecimento do valor nutricional dos alimentos servidos na escola
38	Concretizar a desterceirização da alimentação escolar, hospitalar, universitária e sistema prisional, casas de acolhimento de idosos mantendo-se a autogestão na compra, preparo e distribuição de alimentos
39	Garantir campanhas contínuas para a orientação alimentar e nutricional nas redes de ensino municipal, estadual, particulares e espaços públicos por profissionais capacitados responsáveis pelo PNAE
40	Aumentar o recurso orçamentário dos governos municipais, estadual e federal, para a compra de alimentos especiais, saudáveis e seguros para escolares, durante a sua permanência nas escolas
41	Implantar o programa estadual de hortas agroecológicas escolares em consonância com a diretriz curricular nacional
42	Fomentar, instrumentalizar, garantir e fiscalizar de forma regulamentada a manutenção de feiras livres nas escolas técnicas agrícolas, casa familiar rural, que tenham produção própria de alimentos orgânicos, e em municípios, junto com a mobilização de equipamentos e recursos humanos, para a criação e manutenção das mesmas, podendo contemplar e/ou priorizar a economia solidária com o funcionamento em locais estratégicos de comercialização, com o repasse público
43	Garantir a inserção de alimentos da agrobiodiversidade catarinense na alimentação escolar como instrumento para o resgate da cultura alimentar e incentivo aos agricultores familiares tradicionais
44	Fomentar com o Estado recursos para treinamento, capacitação e formação de profissionais da alimentação, desde a produção até o processamento final dos alimentos para consumo, em programas de elevação de escolaridade na forma integrada à formação profissional em gastronomia, ou áreas afins como agricultura urbana, técnico em agricultura familiar, técnicos em nutrição, na modalidade EJA, a exemplo do PRONATEC-EJA e PROEJA já existentes nas redes do Município, Estado e Federal
45	Estimular, fomentar e ampliar ações contínuas relacionadas ao tema de “educação alimentar e nutricional” no plano curricular das escolas municipais, estaduais e particulares, permeando as disciplinas existentes, por meio da articulação de nutricionistas com demais atores sociais, garantindo a participação da comunidade escolar, a cultura e prática alimentar dos PCTs

	(Povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros)
46	Inserir nos currículos dos cursos universitários vinculados à educação as temáticas de direito humano à alimentação adequada (DHAA) e segurança alimentar e nutricional (SAN)
47	Fomentar, instrumentalizar e garantir de forma regulamentada a manutenção de feiras livres nos municípios, com alimentos orgânicos, podendo contemplar e/ou priorizar a economia solidária com o funcionamento em locais estratégicos de comercialização, incluindo espaços públicos, com o repasse governamental
48	Fiscalizar permanentemente as feiras livres para comprovar que os alimentos ditos orgânicos, sejam realmente orgânicos
49	Promover campanhas com o objetivo de divulgar as feiras livres com alimentos orgânicos
50	Capacitar os feirantes sobre a comercialização e higienização dos alimentos
51	Promover e divulgar materiais informativos nas mídias sobre a importância de consumir alimentos orgânicos e agroecológicos
52	Promover a educação alimentar contra o desperdício dos alimentos nas feiras por meio de atividades culturais e festivas
53	Adequar o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) /MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) para a incorporação das feiras agroecológicas (vale-feira)
54	Instituição das feiras como equipamento de segurança alimentar e nutricional
55	Criar Programas governamentais com incentivo para construção de hortas comunitárias e plantas medicinais de preferência em terrenos baldios e fora de uso, abrangendo comunidades, moradores, escolas, universidades, igrejas e entidades que executam ou prestam serviços sociais, e ainda venderem com preço acessível à população
56	Estabelecer parcerias com entidades privadas para criação de hortas comunitárias sem agrotóxico que beneficiam a comunidade
57	Incluir na matriz curricular interdisciplinar da educação básica, técnico, com aulas teóricas e práticas, garantindo a contratação de profissionais capacitados para trabalhar a produção de alimentos orgânicos por meio de hortas escolares e comunitárias
58	Garantir a implementação do Projeto Educando com Hortas Escolares e Gastronomia nas escolas municipais, estaduais e federais
59	Aprovação de um projeto/plano de agricultura urbana e periurbana para o Estado de Santa Catarina
60	Não permitir o envio dos resíduos orgânicos para os aterros sanitários destinando-os ao processo de compostagem para produção de adubo orgânico
61	Garantir que tenha profissional capacitado para promoção e avaliação das ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, nos Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social, por meio da incorporação do nutricionista na equipe da Estratégia de Saúde da Família e atenção básica, promovendo modos de vida saudáveis, com ampliação e capacitação das equipes multiprofissionais de atenção básica à saúde, Programa de Agentes Comunitários de Saúde e das equipes Centro de Referência em Assistência Social
62	Criar e regulamentar o cargo de Nutricionista nas Secretarias de Assistência Social e Secretaria Executiva de Combate a Fome de acordo com NOB-RH do SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único

	de Assistência Social), e criar critérios para repasse adequado de alimentos às famílias em situação de vulnerabilidade social
63	Criar e Qualificar critérios para compra e repasse dos alimentos fornecidos pelo SUAS
64	Ampliar o quadro de nutricionista para gerenciar, planejar, executar e acompanhar a educação nutricional nas escolas e centros de educação infantil, nas Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência em Assistência Social
65	Garantir a adequação do número de nutricionistas concursados, responsáveis técnicos e quadro técnico, pelo PNAE, de acordo com a legislação
66	Criar o cargo efetivo e contratar nutricionistas para a secretaria de educação do estado, para gerenciar e planejar, por regiões, a educação nutricional nas escolas de educação básica
67	Promover e avaliar as ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do SISAN, no SUS, por meio da redução do número de ESF por NASF para um máximo de 6 equipes por núcleo, promovendo modos de vida saudáveis, com ampliação e capacitação das equipes de ESF e das equipes CRAS
68	Garantir, na contratação de nutricionistas, capacitação e ações de educação permanente sobre as especificidades alimentares de povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros
69	Garantir que a disciplina cultura alimentar de povos indígenas e comunidades quilombolas, seja incluída nas diretrizes curriculares da graduação de nutricionistas
70	Garantir que os temas da sustentabilidade e do sistema agroalimentar sejam incluídos nas diretrizes curriculares de graduação do nutricionista
71	Tornar PAA política de Estado, por meio de lei, com liberação de recurso permanente de acordo com as necessidades das organizações de agricultura familiar e os beneficiários em situação de vulnerabilidade social, atendendo uma demanda já existente de Santa Catarina junto à CONAB
72	Implementar e dar suporte técnico para inserir o Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios, fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos, adequar a distribuição do Programa de Aquisição de Alimentos municipal, aumentar a cota anual do Programa de Aquisição de Alimentos municipal para os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros
73	Garantir e ampliar os recursos dos Programa de Aquisição de Alimentos doação simultânea por meio das organizações da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros e aumentar a cota anual por agricultor
74	Prever que os recursos do PAA que estão no MAPA, sejam remanejados para o MDA para contribuição com a Agricultura Familiar, assentados da reforma agrária, quilombola e de povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros
75	Prever que os recursos financeiros no PPA/LDO (Plano Pluri Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias) para contrapartida dos projetos de PAA do Estado
76	Garantir que os produtos do PAA quilombola sejam feitos com resgate da doação simultânea para as comunidades quilombolas que não produzem
77	Incentivar os PCTs (Povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros) a produzirem alimentos tradicionais, orgânicos e agroecológico para o

	autoconsumo e a comercialização. Incentivando o resgate de suas sementes
78	Garantir que todos os alimentos fornecidos por meio de política pública aos acampados e PCTs (Povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros) respeite a cultura alimentar de cada povo e região, e que sirva de incentivo para a autoprodução de alimentos
79	Incentivar comunidades quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e povos de matrizes africanas a produzirem alimentos orgânicos e agroecológico para autoconsumo e/ou serem vendidos em feiras públicas
80	Implantar programa de assistência técnica e extensão rural com profissionais especializados em culturas dos PCTs (Povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros), para atender as necessidades desses povos e comunidades
81	Criar programas estaduais/federais integrando a capacitação de agentes multiplicadores de SAN juntos aos povos e comunidades tradicionais e PCTs (Povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros)
82	Que a União, os Estados e Municípios garantam a criação e a implementação de políticas estruturantes adaptadas ao contexto dos povos indígenas, para produção alimentar e que sejam providos os fundos adequados para execução desta ação.
83	Criar a partir do orçamento de 2016, uma linha de financiamento específico para subsidiar a produção alimentar nos territórios indígenas e que a liberação e prestação de contas destes fundos, sejam feitas de forma adaptada as diferentes realidades indígenas
84	Fomentar e adequar o PAA em territórios indígenas, a fim de garantir a geração de renda nestas comunidades por meio da produção alimentar
85	Adequar a alimentação das escolas indígenas e quilombolas às culturas e práticas alimentares tradicionais e garantir 100% da aquisição da agricultura familiar, prioritariamente de agricultores quilombolas e indígenas, de acordo com as especificidades de cada etnia e de cada povo
86	Que a Secretaria Especial de Saúde Indígena e os Municípios ampliem o acesso à água potável nas comunidades indígenas, bem como instale e amplie a rede de esgoto nestes territórios
87	Garantir que os recursos para criação de um fórum permanente de discussão sobre a questão indígena no Estado de SC, incluindo a revisão do PESAN
88	Ampliar a rede de energia elétrica nas comunidades indígenas
89	Que o governo federal, através do MDS, MDA, MMA, MJ, Fundação Cultural Palmares, amplie a duração da Ação de Distribuição de Alimentos até dezembro de 2017, e que a referida ação seja substituída por políticas estruturantes de Estado que objetivem diminuir entre os povos indígenas e quilombolas, os indicadores de desnutrição, pobreza extrema e insegurança alimentar e nutricional
90	Que a União garanta recursos orçamentários e financeiros dentro do Plano Pluri Anual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para demarcação, homologação, ampliação e aquisição territorial, bem como para o pagamento de indenizações relacionadas à regulamentação territorial para povos indígenas e quilombolas
91	Que até dezembro de 2016, a União apresente através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), proposta de fontes de financiamento para ações de demarcação, homologação, ampliação e aquisição territorial, bem como para o pagamento de indenizações

	relacionadas à regulamentação territorial para povos indígenas e quilombolas
92	Disponibilizar para os Povos Indígenas, informações atualizadas sobre seus territórios, que incluam tamanho, situação fundiária, populações e recursos orçamentários, servidores, unidades envolvidas e todos os demais indicadores necessários para qualificar o debate e a demanda dos povos indígenas por território
93	Criar um banco de sementes crioulas e orgânicas e garantir o direito do plantio e replantio das sementes crioulas para atender as comunidades de povos indígenas e quilombolas, e agricultores familiares
94	Garantir a alimentação tradicional, conforme decreto estadual 6040/2007, em detrimento à lei estadual que proíbe a criação de animais de pequeno porte para consumo nas áreas urbanas
95	Identificar através de consulta pública, conforme convenção 169/OIT, os quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, povos de matriz africana, negros
96	Desenvolver ações que visem incentivar a produção de alimentos manipulados de forma correta, armazenados e escoados nas comunidades de povos indígenas, pescadores artesanais, quilombolas e de agricultores familiares
97	Garantir a implantação de Restaurante Popular, Cozinha Comunitária e Banco de Alimentos no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
98	Incentivo financeiro do Governo do Estado para a manutenção dos Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos
99	Garantir a implantação, a execução e a operação por parte da Secretaria Combate a Fome de um programa de cozinhas comunitárias e de restaurantes populares em diálogos com movimento sociais como os de população de rua, estudantes e outros

APÊNDICE B – Quadro com Propostas do Eixo II – “Estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional”.

Nº proposta	Propostas
1	Definir equipe técnica para: executar a logística (distribuição de alimentos), assistência quanto a informações nutricionais, preparo e consumos dos alimentos nos diversos locais de serviços de alimentação coletiva
2	Disponibilizar mais recursos financeiros nas três esferas governamentais, para Restaurantes Populares, Restaurantes Universitários, Cozinhas Comunitárias, Banco de Alimentos, casas de acolhimento, Instituições de Longa Permanência para Idosos, Alimentação Escolar, Agricultura Urbana e Periurbana
3	Qualificar a cesta básica garantindo o mínimo de 20%, no primeiro ano, chegando ao quinto ano com 100% de alimentos provenientes da agricultura familiar, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais (povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros), todos de base agroecológica e/ou orgânica
4	Qualificar a cesta básica garantindo a alimentação adequada às pessoas com necessidades alimentares especiais, priorizando alimentos orgânicos e/ou agroecológicos
5	Criar Centros de Referência de SAN municipais, regionais, estaduais e nacionais com equipe multiprofissional que articule com as diferentes iniciativas da área de SAN, quando necessário, criando consórcios públicos
6	Reformular o programa caminhão do peixe e adequá-lo as necessidades locais com gestão das organizações de pescadores artesanais (colônias, associações, cooperativas, sindicatos, comunidades, entre outros) incluindo a participação da sociedade civil na fiscalização
7	Fomentar aos pescadores artesanais a construção de unidades de armazenamento, entrepostos, cooperativas e associações onde o pescado receba inspeção sanitária, incentivando e facilitando a implementação de feiras e locais para venda do pescado para o consumidor e instituições municipais, estaduais e federais
8	Rever a legislação que é impeditiva para o pescador artesanal que conserva suas práticas tradicionais
9	Implantar uma central de abastecimento que dê suporte e agilidade ao equipamento público de SAN: Banco de Alimentos
10	Estimular a inserção do público alvo, prioritário das ações de SAN, nos programas e serviços da Rede de Proteção Social
11	Criar Mercados, municipais, regionais e estaduais, Bancos de Alimentos com a venda de produtos da agricultura familiar, agricultura urbana e periurbana, e provenientes de povos indígenas, comunidades quilombolas e demais

	povos e comunidades tradicionais (povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros) à população em geral, inclusive para empresas associações, escolas e demais entidades
12	Garantir a destinação correta de resíduos sólidos e orgânicos para compostagem em hortas domiciliares, comunitárias, escolares, associações e cooperativas criando espaços democráticos de produção e distribuição de mudas e sementes agroecológicas e/ou orgânicas, reservando um espaço interno de formação contínua à população
13	Estimular a criação de políticas municipais e estaduais de apoio à produção agroecológica e aprovar a política estadual de produção orgânica e agroecológica em Santa Catarina envolvendo ações tais como: capacitação de produtores e técnicos, realização de eventos como seminários, excursões técnicas e dias de campo, criação de feiras agroecológicas. Ficar sob a responsabilidade dos CONSEAs (municipal e estadual)
14	Garantir que a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC dê prioridade ao programa de pesquisa para geração de tecnologias para agricultura orgânica/agroecológica, visando prioritariamente a agricultura familiar, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais (povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros). Que os dados coletados sejam amplamente divulgados
15	Garantir que a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC dê prioridade as ações de assistência técnica e extensão rural baseada nos princípios da agroecologia
16	Estabelecer que os resíduos orgânicos sejam controlados por associações e cooperativas de pessoas de baixa renda para fazer a coleta, compostagem e verme compostagem desses resíduos
17	Garantir assistência técnica pública e privada sem fins econômicos, especializada em produção orgânica para os produtores da agricultura familiar, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos tradicionais (povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros), respeitando suas formas culturais de produção
18	Disponibilizar e implementar a certificação participativa municipal para alimentos orgânicos
19	Executar o programa estadual de certificação de alimentos orgânicos para agricultura familiar, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais (povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros) com fiscalização por <i>Organização de Controle Social</i> e Sistema Participativo de Garantia, sem custos para o produtor

20	Dar continuidade a compra direta da agricultura familiar, povos indígenas, comunidades quilombola e demais povos e comunidades tradicionais (povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros) através do PNAE e aumentar o percentual de compra para, no mínimo 50%, aumentando gradativamente até atingir 100% em cinco anos, sendo no mínimo 25% orgânicos e/ou agroecológico
21	Regulamentar a exigência de escala de tamanho de plantas industriais com área útil construída de até 500m ² para a agroindústria familiar segundo a lei específica para empreendimentos ligados a agricultura familiar (Lei N° 11.326/2006)
22	Estabelecer forma diferenciada na cotação de determinados produtos da Agricultura Familiar (Ex. feijão), evitando a participação do comércio em geral no processo
23	Estabelecer regras de aquisição de produtores de agricultura familiar que priorizem empreendimentos de economia solidária mapeados pelo Ministério do Trabalho e Emprego
24	Adquirir, preferencialmente, alimentos locais e agroecológicos provenientes da agricultura familiar, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais (povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros), para os programas de compras públicas institucionais estaduais e federais
25	Incentivar a horta doméstica, usando compostagem de resíduos e outros insumos orgânicos
26	Incentivar a ampliação de compra de alimentos pelo PNAE, de agroindústria familiar (Ex. compra de pães, bolachas); através da regulamentação estadual da normativa federal da ANVISA RDC 49
27	Liberar e manter de forma contínua o repasse de recursos financeiros pelo Governo Federal para efetivar o Programa de Aquisição de alimentos (PAA)
29	Facilitar o acesso dos agricultores familiares e PCTs (Povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros), e produtores artesanais às políticas públicas
30	Realizar licitações e chamadas públicas garantindo a participação da sociedade civil, de forma contínua, para que os municípios possam estabelecer-se na concorrência podendo participar fornecedores municipais, regionais ou nacionais
31	Acelerar a liberação dos projetos de PAA pela CONAB, para não comprometer a produção da agricultura familiar
32	Garantia de preço mínimo regional para os agricultores
33	Orientar o produtor, consumidor e feirante em relação à importância do alimento orgânico e sem agrotóxico
34	Comprar da agricultura familiar, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades

	tradicionais (povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros), e produtores artesanais para abastecer sistema prisional, hospitais, casas lares, etc.
35	Melhorar o acesso das populações para aquisição de produtos em feiras livres
36	Criar projetos permanentes nas escolas e grupos comunitários sobre: preparo de alimentos saudáveis; agroindústrias familiares, hortas comunitárias; destino de resíduos; cultivo de orgânicos; etc., com apoio de universidades, governo e órgãos não governamentais sem fins econômicos
37	A Secretaria de Educação deverá oferecer aos agentes de alimentação aulas práticas para o aproveitamento integral dos alimentos bem como prevenir desperdício de água e dos alimentos nas cozinhas escolares
38	Assegurar a universalização das ações de SAN na atenção básica à saúde (UBS, Estratégia Saúde da Família, NASF), por meio da efetivação e ampliação de equipes multidisciplinares habilitadas para ações de vigilância e EAN
39	Inserir na matriz curricular as temáticas de SAN, Educação Alimentar, Educação Ambiental, DHAA, Agroecologia, aproximando também as famílias da escola para a educação familiar
40	Realizar cursos de formação para habilitar produtores rurais em alimentos orgânicos e/ou agroecológicos coloniais
41	Incentivo aos jovens agricultores para permanecerem na área rural, através de reformas curriculares com temas direcionados à vida no campo e criação de bolsas de estudo para garantir essa permanência
42	Capacitar as famílias e Agentes Comunitários de Saúde em SAN e DHAA
43	Capacitação de atores sociais (demais conselhos e profissionais das ciências da vida) no processo de SAN e DHAA
44	Criar projeto de educação nutricional continuada, em parceria com entidades não governamentais sem fins econômicos
45	Investir em capacitação do quadro docente para conscientização da educação alimentar e nutricional
46	Incentivar hortas comunitárias, nas aldeias e domiciliares em parceria com o Instituto Federal e Secretaria de Agricultura
47	Promover educação financeira e assistência social nas escolas
48	Fomentar como tema transversal na matriz curricular das escolas os temas: SAN e DHAA
49	Capacitar periodicamente os agricultores pela ANVISA
50	Reduzir a burocracia de acesso aos programas de SAN e demais programas governamentais para povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais (povos de matriz africana, povos

	de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros)e assentamentos
51	Reconhecer, valorizar, promover, preservar e proteger os saberes e fazeres tradicionais dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais locais, população negra, povos de matriz africana e povos de terreiro e demais particularidades, respeitando suas formas organizativas
52	Propor educação popular sobre alimentação saudável para reeducação, conscientização para alunos, pais, associação de bairros, indígenas e quilombolas e demais comunidades tradicionais (povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros)
53	Disponibilizar assistência técnica continuada e efetiva de forma diferenciada considerando o número de famílias indígenas, assentadas e demais PCTs (quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros) atendidas pelos técnicos
54	Incentivar a implementação efetiva da agricultura nas aldeias
55	Garantir orientação técnica nas áreas indígenas para criação animal e agricultura
56	Efetivar a garantia de comidas típicas indígenas nas escolas de comunidades indígenas
57	Resgatar a cultura de povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais (povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros) para a agricultura
58	Executar o programa de inclusão produtiva (MDS) para atender comunidades em situação de vulnerabilidade promovendo renda extra
59	Incentivar a preservação da cultura indígena na alimentação
60	Ampliar, efetivar e consolidar os Programas existentes para a comunidade em geral (grupos, escolas, assistência social, saúde, gestantes, obesos, crianças e adolescentes, idosos e pessoas em insegurança alimentar, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua), visando a alimentação saudável, com controle social
61	Desenvolver grupos de estudo e pesquisa na temática de SAN
62	Promover diálogos intersetoriais e com a sociedade civil organizada, visando possibilitar participação efetiva no enfrentamento às DCNT, implementando ações de promoção à saúde, e preventivas e campanhas permanentes de informação à população (responsável: Secretaria da Saúde)
63	Aumentar o quadro de nutricionistas e demais profissionais multidisciplinares através de concurso público na rede pública, em todas as áreas correspondentes (Saúde, Educação, Desenvolvimento

	Social, Assistência Social, Esporte, Cultura, Planejamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura)
64	Garantir que todos os municípios tenham profissionais nutricionistas e aumentar o número de nutricionistas atuando na rede de atenção a saúde, em todos os níveis de complexidade do SUS para promoção de saúde e prevenção de doenças
65	Incentivar a implementação do Programa Saúde na Escola (PSE) na rede pública de ensino
66	Garantir, de forma adequada: saneamento básico; tratamento do esgoto; gestão de resíduos. E promover a discussão de práticas agroecológicas, educação ambiental nos espaços de organização social
67	Desenvolver programas de contenção e reaproveitamento de água (chuva, barragem), desenvolvendo pesquisas de prospecção com intuito de garantir a água para o futuro, especialmente regiões mais retiradas e de alto relevo
68	Criar políticas municipais de controle do plantio e manejo de árvores exóticas, que não se enquadram na biodiversidade local, em propriedades rurais e urbanas, com a finalidade de garantir a conservação dos recursos hídricos e solo em quantidade e qualidade
69	Criar mecanismo de controle social e de legislação para empresas de terraplanagem quando da abertura de loteamentos evitando assoreamento e turbidez elevada na água de Parcelamento do Solo
70	Efetivar programas de compensação ambiental para proteção das nascentes dos rios
71	Efetivar e ampliar instalações de cisternas para reaproveitamento da água da chuva
72	Criar programa de incentivo à construção de sistemas de tratamento individual de efluentes
73	Estabelecer consórcio entre os municípios da região visando a manutenção e o uso racional dos mananciais de água
74	Preservar encostas, programa de preservação do solo e da água e implantação de cisternas, e poço caxambu com participação dos municípios e os recursos podem ser federal, estadual e/ou municipal
75	Propor estratégias de empoderamento dos conceitos e princípios dos direitos humanos (especialmente o DHAA), inclusive sobre a forma de exigí-los e sobre quem são os responsáveis por sua promoção
76	Distribuir cestas básicas e alimentos à população pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essas cestas deverão conter horti-frutículas produzidos localmente, e orientação de uso
77	Incentivar e subsidiar a produção orgânica, tendo técnicos capacitados da Secretaria de Agricultura para orientar e acompanhar a produção, bem como facilitar a certificação dos produtos
78	Introduzir medidas e incentivos, por meio de diagnósticos levantados, que alterem as formas de produzir e consumir, tais como, políticas de combate ao desperdício de água,

	alimentos, energia e outros bens de consumo
79	Ampliar e democratizar o acesso às tecnologias de produção (campo) e comercialização (cidade), por meio de ações cooperativistas
80	Avaliar os desafios para alcance da Segurança Alimentar e Nutricional segundo a visão socioambiental e sustentável por meio de diagnóstico territorial
81	Criar equipe técnica para as políticas de SAN, em especial, para o planejamento e execução do PAA
82	Disponibilizar recursos para ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), incluindo as necessidades dos povos indígenas, ciganos, pescadores artesanais, quilombolas, cipozeiros, extrativistas e povos de matriz africana, no setor produtivo, com foco no PNAE.
83	Assegurar formas de garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional a pessoas em situação de vulnerabilidade (populações em situação de rua, indígenas, quilombolas, ciganos, pescadores artesanais, quilombolas, cipozeiros, extrativistas e povos de matriz africana.)
84	Apoiar e criar hortas caseiras e comunitárias fornecendo ferramentas; mudas e insumos orgânicos; e sementes crioulas para as famílias produzirem alimentos
85	Desenvolver projetos sociais, com a avaliação nutricional, socioeconômica e ambiental da população atendida, usando como horizonte os critérios do Programa Bolsa Família
86	Instituir o Programa 4“S” (Saúde, Serviços, Sustentabilidade e SAN), de consciência orgânica e sustentável
87	Avançar no comprometimento do governo com a sociedade no processo de construção para a alimentação mais adequada
88	Criar política de incentivo à diversificação da produção, buscando a soberania alimentar dos municípios e suas regiões
89	Incentivar a criação de cooperativas de pesca artesanal voltadas para o PNAE
90	Contratar, via chamada pública, pela agência de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), acompanhamento e assessoria para produtores envolvidos com o PAA e PNAE
91	Ampliar ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e cursos, com incentivo à produção olerícola e frutífera
92	Exigir o adequado funcionamento do SISVAN, garantindo o diagnóstico alimentar, nutricional e diagnósticos de InSAN com compartilhamento dos dados com os setores na área de SAN
93	Criar agenda de ações de incentivo ao não uso de agrotóxicos, fertilizantes e conservantes, para ser executadas pelos municípios junto aos agricultores, produtores e indústrias alimentícias locais
94	Fortalecer as responsabilidades dos órgãos fiscalizadores de SAN, desde a produção até o consumo final. Não

	permitir a comercialização e consumo de alimentos transgênicos e identificar os alimentos produzidos de acordo com a SAN
95	Adequação de laboratórios regionais para o credenciamento e análise química dos alimentos
96	Ampliar a fiscalização para cumprimento das leis que regulam o uso de agrotóxicos e fertilizantes agrícolas
97	Estruturar os LACENS (Laboratórios Centrais de Saúde Pública) para análises periódicas de agrotóxicos em alimentos e água, ampliando a fiscalização e os estudos nos tipos de agrotóxicos (permitidos e proibidos), encontrados no território nacional. Realizar divulgação dos resultados à população
98	Investir em pesquisas de desenvolvimento de novas tecnologias para o cultivo de produtos orgânicos, fomentando produção, armazenamento e escoamento de alimentos agroecológicos com respeito as práticas tradicionais
99	Desenvolver programas de monitoramento e divulgação da realização do DHAA
100	Intensificar o controle na produção e fiscalização nas indústrias de alimentos para promover a redução de químicos nos alimentos industrializados
101	Fortalecer as ações da vigilância sanitária e do serviço de inspeção para o cumprimento da lei
102	Estabelecer maior controle na venda e exposição de produtos tóxicos e nocivos à saúde
103	Priorizar a alimentação escolar em nível municipal, estadual e federal
104	Garantir o cumprimento da legislação quanto ao número de nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética
104	Ampliar campanhas de divulgação sobre a qualidade da água, desde sua origem até o consumo
105	Ampliar o compromisso com as políticas públicas de desenvolvimento agrário que fortaleçam a agricultura familiar, destinando recursos, aumentando subsídios e dando continuidade aos Programas já existentes de incentivo ao Agricultor Familiar
106	Implementar nos municípios e estado, as políticas públicas já existentes que visam a criação de equipamentos de segurança alimentar e nutricional
107	Criar, manter e ampliar programas de incentivo a feiras livres e comunitárias, preferencialmente orgânicas
108	Identificar e cadastrar áreas de preservação ambiental, com a finalidade de garantir a conservação dos recursos hídricos em quantidade e qualidade, mediante pagamento de serviços ambientais
109	Fortalecer as instituições Epagri e Cidasc, com recursos financeiros e técnicos
110	Conceder crédito, subsidiado pelo Governo, aos produtores agrícolas, condicionados a execução de programas de eliminação progressiva do uso de agrotóxicos, construção de cisternas e produção diversificada

111	Criar sistema que unifique as informações de todos os bancos de dados que possuam relação com segurança alimentar e nutricional, permitindo um diagnóstico intersetorial
112	Rever a legislação de rotulagem (adotar sistema de rotulagem mais claro, visível, fidedigno, de fácil interpretação)
113	Ampliar campanhas educativas e de divulgação sobre a qualidade da água, desde sua origem até o consumo
114	Garantir manutenção da rotulagem dos alimentos transgênicos e ampliar para outros produtos que contém agrotóxicos
115	Criar propaganda institucional (mídia televisiva) de incentivo a alimentação adequada
116	Ampliar divulgação aos agricultores sobre o PAA
117	Divulgar ações de SAN através das mídias
118	Melhorar a comunicação e o fortalecimento entre o CONSEA Estadual e os Municipais
119	Capacitar periódica e permanentemente os membros do COMSEA e incentivar a manutenção dos Conselhos
120	Criar mecanismos de sensibilização para favorecer e fortalecer a participação da sociedade civil no CONSEA
121	Divulgar o processo de elaboração do Plano de SAN
122	Realizar eventos regionais e estaduais, via CONSEA (nacional ou estadual), que disseminem e fortaleçam as políticas de SAN
123	Isentar o ICMS para alimentos da agricultura e pecuária familiar agroecológica; criar incentivo fiscal aos produtores de alimentos agroecológicos, e garantir a proximidade desses produtores com o consumidor
124	Adequar a legislação a agricultura familiar, em âmbito municipal, Estadual e Federal, perante a Vigilância Sanitária e a outros órgãos competentes
125	Aprovar legislação que estabeleça o controle da composição dos alimentos que contenham ingredientes considerados maléficos a saúde
126	Criar lei que obrigue/facilite a liberação de terrenos públicos, sem uso, para construção de hortas familiares ou comunitárias agroecológicas, fazendo contrato com órgão público no sistema de comodato com prazo fixado para uso do terreno
127	Criar lei e fundo (municipal, estadual e federal) para pagamento de serviços ambientais
128	Aumentar penalização para casos comprovados de fraude em alimentos que comprometem a saúde do consumidor
129	Instituir lei estadual para que as escolas da rede pública tenham hortas escolares agroecológicas e que esta prática seja incluída no currículo escolar
130	Criar legislação que valorize os agricultores familiares na produção de alimentos não transgênicos pela redução de impostos (incentivo fiscal)
131	Ampliar abrangência da legislação e fiscalização das cantinas escolares para o cumprimento da Lei das

	Cantinas
132	Criar políticas públicas municipais de incentivo ao cooperativismo e ao associativismo na agricultura familiar agroecológica
133	Criar leis para redução do uso de agroquímicos na produção agrícola, com fiscalização da Anvisa e proibição de defensivos já proibidos em outros países e liberados no BRASIL
134	Obrigatoriedade das empresas ligadas ao PAT enviarem relatórios mensais do SISVAN para o Ministério da Saúde e demais entes federados

APÊNDICE C - Quadro com Propostas do EIXO III – “Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersectorialidade”. Florianópolis, 2015.

Nº proposta	Propostas
1	Realizar as Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, com incentivo por parte do CONSEA/SC para a realização de Conferências de SAN nos municípios onde não existe COMSEA organizado
2	Garantir dotação orçamentária para realização das Conferências de SAN através da inclusão de subação no PPA do governo estadual e municipal
3	Exigir que os setores do governo deem um retorno para a população com relação as propostas aprovadas nas Conferências de SAN e não acatadas pelo governo
4	Realizar e fomentar espaços de discussões intersectoriais (fóruns, conferências, seminários) para criação e fortalecimento dos CONSEAs nos municípios, em caráter de urgência
5	Criar estrutura administrativa adequada para atuação dos conselhos em espaços unificados, com equipe mínima, definida por legislação que esteja articulada aos gabinetes do Executivo municipal e estadual, respectivamente
6	Realizar fóruns permanentes entre os diversos conselhos para fomentar a efetivação da intersectorialidade e otimizar ações
7	Criar fluxo para que as ações dos municípios que promovam SAN passem pela avaliação dos CONSEAs
8	Implantar e implementar COMSEAs nos municípios catarinenses
9	Incluir no Plano Plurianual (PPA), na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) recursos para o CONSEA
10	Sensibilizar organizações da sociedade civil para participação nos CONSEAs
11	Fortalecer CONSEAs com a articulação entre o poder público e a sociedade civil
12	Fortalecer a integração do CONSEA e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e demais conselhos de políticas públicas e de direitos humanos
13	Fortalecer e divulgar as ações e atribuições dos CONSEAs
14	Garantir estruturas (financeira, físicas e de pessoal) adequadas, para o funcionamento dos CONSEAs
15	Promover formações permanentes dos membros dos CONSEAs em todas as instâncias sobre a temática de SAN, incluindo controle social no SISAN
16	Garantir caráter deliberativo ao Conselho dando legitimidade às suas propostas
17	Desburocratizar os CONSEAs

18	Garantir que o estado incentive os municípios à revisão das Leis municipais de criação dos COMSEAs
19	Realocar o CONSEA junto ao gabinete do governador e orientar os prefeitos na alocação dos COMSEAs municipais junto ao seu gabinete
20	Estimular a criação de um fórum estadual de Soberania e SAN composto pelas organizações da sociedade civil
21	Criar critérios para cadastro junto ao CONSEA das entidades que desenvolvem ações de SAN
22	Estruturar e ativar as CAISANs Municipais/Estaduais
23	Promover e intensificar comunicação intersetorial para articulação das CAISANs
24	Realocar a CAISAN junto ao gabinete do governador e orientar os prefeitos na alocação dos CAISANs municipais junto ao seu gabinete
25	Estimular a criação de frente parlamentar de SAN e comissão de SAN nas câmaras de vereadores
26	Articular com o poder legislativo (municipal e estadual) para reforçar a capacidade de atuação, ampliando a intersetorialidade, visando influir nos respectivos orçamentos para a garantia da política de SAN
27	Promover formações permanentes dos membros das CAISANs em todas as instâncias sobre a temática de SAN
28	Reforçar a participação da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) na CAISAN, visando o resgate e valorização da cultura alimentar para as discussões de SAN
29	Promover capacitações permanentes e descentralizadas para gestores e técnicos efetivos, por responsabilidade das esferas estadual e federal, oferecendo também recursos para a adesão e consolidação do sistema
30	Fortalecer o pacto federativo por meio da criação dos fóruns de pactuação tripartite e bipartite
31	Realizar ampla divulgação sobre SAN, DHAA, SISAN por meio de campanhas, fóruns e seminários para toda sociedade
32	Criar um Departamento/Secretaria Executiva de SAN, vinculado à Secretaria da Assistência Social, com servidores efetivos
33	Formar equipe técnica multiprofissional e gestores a respeito do SISAN
34	Estimular a integração com apoio aos três entes federados
35	Criar fundo municipal e estadual do SAN
36	Garantir continuidade de assessoria técnica por parte do Estado/União para os municípios na implantação do SISAN
37	Garantir repasse regular de recursos financeiros federais, incluindo nas respectivas peças orçamentárias, para continuidade das ações de fortalecimento do SISAN
38	Fomentar a criação de Lei Orgânica Municipal de SAN – LOSAN

39	Realizar divulgação publicitária, pelas três esferas de governo, da existência, funcionamento e composição do SISAN
40	Tornar a existência do CONSEA uma exigência para aprovação das contas dos municípios e do Estado
41	Criar a política estadual de SAN, a partir do Decreto 7272/2010 (Política Nacional de SAN)
42	Consolidar os espaços de participação social e diálogo para construção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e do Plano de SAN
43	Fomentar a criação, aprovação e implementação de Plano Municipal de SAN, com a participação de governo, sociedade civil, empresas e população em geral
44	Divulgar amplamente os planos nacional e estadual de segurança alimentar e nutricional e de informações sobre a operacionalização do sistema
46	Fortalecer o trabalho intersetorial para execução do plano estadual e municipal de SAN
47	Fortalecer e capacitar todos os conselhos com suporte técnico para elaboração do plano municipal de SAN
48	Monitorar os planos municipais intersetoriais de segurança alimentar e nutricional
49	Capacitar e facilitar a troca de experiências entre gestores públicos envolvidos na implantação da política e do plano Estadual e Municipais de SAN
50	Estimular a criação e o fortalecimento dos equipamentos públicos de SAN (restaurante popular, cozinha comunitária, banco de alimentos, unidades de apoio à agricultura familiar, feira comunitária, horta escolar e comunitária, etc.), baseados nas diretrizes da PNSAN
51	Promover fóruns e seminários para trocas de experiências sobre os equipamentos de SAN entre gestores municipais
52	Desvincular a criação de equipamentos públicos de SAN do número de habitantes do município, desenvolvendo novos critérios, como índice de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar
53	Garantir recursos financeiros para a manutenção dos equipamentos públicos de SAN, desonerando os municípios
54	Vincular o repasse de recursos financeiros federais e estaduais para implantação de equipamentos públicos de SAN à adesão obrigatória ao SISAN
55	Vincular a inscrição no CONSEA para acesso das entidades aos programas de SAN (ex.: PAA)
56	Estruturar e fortalecer as relações em nível regional, estadual e federal com os componentes do SISAN
57	Garantir recursos para suporte e apoio técnico aos CONSEAs e CAISANs municipais e estaduais, manutenção dos programas já existente e execução das ações estabelecidas nos Planos de SAN

58	Garantir cofinanciamento dos programas do SISAN nas três esferas de governo – com repasses vinculados, diretos, regulares e automáticos
59	Regulamentar por meio de decreto os mecanismos de alimentação e utilização do fundo estadual de SAN
60	Criar programa de SAN no PPA do estado, para gestão do SISAN e da política estadual de SAN
61	Aumentar percentual de repasses para os municípios proveniente de tributos, integrando a mobilização nacional para a reforma tributária
62	Instar a CAISAN e CONSEA federal para promover articulação política visando alterar os percentuais de repartição das receitas tributárias, por meio de Projeto de Emenda Consistucional, para alavancar a cota-parte do município
63	Criar mecanismos de divulgação e de empoderamento da população para o monitoramento e avaliação das ações e dos recursos financeiros do SISAN
64	Buscar parcerias com órgão de controle para fortalecer o monitoramento (direcionamento dos recursos orçamentários)
65	Criar calendário de acompanhamento e monitoramento das políticas, visando avaliar sua implementação
66	Criar campanha de conscientização quanto a importância do monitoramento e avaliação dos programas e ações
67	Exigir do CONSEA e da CAISAN mecanismo para monitoramento das propostas levantadas na conferência estadual e nacional considerando metas e prazos, bem como apresentar de forma sistemática relatórios 3 meses antes da próxima conferência, incentivando a criação dos Planos de SAN
68	Criar sistemas de informações, para acesso público sobre serviços e entidades de SAN para identificação de ações, demandas e prioridades
69	Reconhecer e incluir as organizações sociais que atuam no sistema ainda não reconhecidas como de SAN
70	Reconhecer os mapeamentos existentes (e realizar novos mapeamentos quando necessário) sobre as famílias em situação de insegurança alimentar, em especial os povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas, negros e população em situação de rua
71	Promover campanhas institucionais do estado e município que incentive a Segurança Alimentar e Nutricional, através de todos os veículos de divulgação pública
72	Criar meios de comunicação e informação para apresentar ao público os resultados/problemas na implantação do PMSAN

APÊNDICE D - Quadro com acordos para o Ad Referendum. Plenária Final, 12 de Setembro de 2015.

1) Incluir PCTs - com a descrição de todos: Povos indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros, extrativistas e negros
2) Substituir “sem fins lucrativos” por “sem fins econômicos”
3) Não aceitar a parceria público-privado como forma de financiamento para ações de SAN
4) Manter o posicionamento de exclusão do uso de agrotóxicos e transgênicos para o alcance do DHAA
5) Incluir as pessoas com necessidades alimentares especiais, quando necessário
6) Quando houverem propostas semelhantes, fazer nova redação contemplando as diversas propostas

APÊNDICE E

Quadro com o nome dos delegados da Sociedade Civil organizados por cotas e regiões, eleitos para a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Florianópolis, 2015.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
1 vaga para o Presidente do CONSEA SC	
Marcos José de Abreu	
3 vagas para conselheiros do CONSEA SC, representantes da Sociedade Civil	
Titular: Adilson Moré de Farias (Representante da População em situação de rua)	
Titular: Anelise Regina Royer Pinto da Silva	
Titular: Antônio Augusto Mendes dos Santos	
1º Suplente: Luciana O. Azevedo do Nascimento	
2º Suplente: Lilian Arns Topanotti	
3º: André Luiz Farias	
1 vaga para representante Indígena da etnia Kaygang	
Titular: Cleusa Domingas Rodrigues	
1 vaga para representante Indígena da etnia Guarani	
Titular: Admilson Moreira	
1 vaga para representante Indígena da etnia Xokleng	
Titular: Vaipão Batista Pemba	
2 vagas para representante Quilombola	
Titular: Helena Jucélia Vidal de Oliveira	
Titular: Sílvia Helena da Silva	
1 vaga para representante de Povos de Matriz Africana e Povos de Terreiro	
Titular: Alaíde Honorato da Silva	
Suplente: Natalina Felipe	
3 vagas para representantes de Negros	
Titular: Luciana de Freitas Silveira	
Titular: Maria de Lourdes Mina	
Titular: Vanda Pinedo	
1 vaga para representante de Pescadores Artesanais ou Ciganos	
Titular Pescador: Getúlio Jorge de Bitencourt	
12 vagas para demais representantes da Sociedade Civil	
Norte	Titular: Nivaldo Alves Ribeiro
	Titular: José Declarindo dos Santos
	Titular: Janete A. Rodrigues dos Santos
	1º Suplente: Vilmar Miyelki
	2º Suplente: Luiz Carlos Mah
	3º Suplente: Aires Niedzielski
Grande Florianópolis	Titular: Milena Correa Martins
	Suplente: Elisa Pietro Kappel
Vale do Itajaí	Titular: Elinia da Silva Martins Melnek
	Titular: Arnaldo Paul
	1º Suplente: Eloyza Nezello Mosimann
	2º Suplente: Michele Godin Casagrande
Serra	Titular: José Eroni Medeiros
	Suplente: Odair Rogério Rosa
Oeste	Titular: Márcio José Santin
	Titular: Débora Ingrid de Souza
	Titular: Adélia Maria Schmitz
	Titular: Rosalina Kurek Belatto
	1º Suplente: Clarinda da Luz Gurigon
	2º Suplente: Daniel Schull Brandão

	3º Suplente: Eduardo Henrique Denbenl
	4º Suplente: Iraci Salete Bellaver Urbanski
	5º Suplente: Tatiane Miriam Brescoviski Vanin
Sul	Titular: José Barsan
	Suplente: Eliane Mandelli Frank

Quadro com o nome dos delegados do Governo organizados por cotas e regiões, eleitos para a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Florianópolis, 2015.

REPRESENTANTES DO GOVERNO	
3 vagas para representante da CAISAN Estadual	
	Titular: Cristina Ramos Callegari
	Titular: Everaldo Odílio Leite
	Titular: Marizone A. Coelho Sagaz
	Suplente: Rafael Lima Palmares
10 vagas para demais representantes do Governo	
Norte	Titular: Daniel Peach
	Titular: Natasha Andrade de Marechal
	Titular: Valmir Poli
Grande Florianópolis	Titular: Karina Gonçalves Eusébio
Vale do Itajaí	Titular: Alessandra Monestel
	Titular: Aline de Faiery
	Titular: Evani Otília Peixe
Serra	Sem inscrição
Oeste	Titular: Adriana Urkuhart Duarte
	Titular: Azelene Inácio
	Titular: Cleide Teresinha Neumann Fail
Sul	Sem inscrição
Suplentes Governamentais	1º Suplente: Ilair Dagmar Tomazelli
	2º Suplente: Rosana Pereira Benveuddi



FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

1. Tipo de Moção

() Apoio (x) Repúdio () Apoio () Solidariedade () Outros _____

2. Destinatário da Moção:

SST/CONSEA/SISAN/CAISAN

3. Proponente da Moção

Nome (coletivo): Fabiano Gregório, Simone Pacheco, Aronno Amato

4. Texto da Moção:

Que os responsáveis pela organização e execução dos Cursos Públicos relacionados a Alimentos e Bebidas tenham como principais temas elementares anti-dietas no S.A.N.

Ademais, as aulas uma preocupação com a oferta de alimentos saudáveis em consideração além do menor preço a qualidade dos insumos e preparações que utilizem ingredientes orgânicos e agroecológicos, bem como alimentos que satisfaçam a demanda de pessoas com necessidades especiais de alimentação.

É importante ainda, que os locais onde se realizam a execução dos Cursos tenham para que sejam cumpridos as diretrizes contidas no Edital do lote específico.

Relação Nominal de 10% dos participantes credenciados da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina

	Nome (Letra de Forma)	Assinatura	RG ou CPF
1.	FABIANO GREGÓRIO		718476181-20
2.	ANDRÉA FANTINI		746729601-34
3.	Aronno J. R. Amato		080551876-22
	Nome (Letra de Forma)	Assinatura	RG ou CPF
4.	Catichina dos Santos		353009



FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

1. Tipo de Moção

() Apoio () Repúdio (X) Apelo () Solidariedade () Outros _____

2. Destinatário da Moção:

Professores municipais, gestores municipais, governadores de estado e
gestores estaduais

3. Proponente da Moção

Nome (opcional): Alvine De Lorenis

4. Texto da Moção:

Apelamos a garantia da adequação do número de profissionais nutricionistas nos municípios e estado, de acordo com as Resoluções nº 330/2005 e nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional no estado de Santa Catarina.

Conforme a Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, compete ao nutricionista zelar pela promoção, prevenção e recuperação da saúde, atuando nas diferentes áreas como alimentação coletiva, alimentação escolar, nutrição clínica em hospitais, ambulatórios, bancos de leite humano, lactários e instituições de longa permanência para idosos; saúde coletiva nas políticas e programas, atenção básica em saúde e regulação em saúde.

Relação Nominal de 10% dos participantes credenciados da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina

Nome (Letra de Forma)	Assinatura	RG ou CPF
1. <u>FRANCA MARASCHIN</u>		072.698.499-80
2. <u>LAISY ALVES DE LIMA</u>		0002-346.261-56
3. <u>CHRISTIANE DOMINGOS MILLER</u>		888.642.829-15
Nome (Letra de Forma)	Assinatura	RG ou CPF
4. <u>MARIA DE FÁTIMA JENNER</u>		297460510-91



FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

1. Tipo de Moção

Apoio () Repúdio () Apelo () Solidariedade () Outros _____

2. Destinatário da Moção:

Secretaria de Educação Federal e Fórum de EJA

3. Proponente da Moção

Nome (opcional):

Simone Pacheco e Fórum de EJA

4. Texto da Moção:

Que as modalidades da Educação de EJA e seus programas de formação técnica e profissional - PRONATEC - EJA e PROEJA sejam reconhecidas e utilizadas como ações educativas do SAU. Que as escolas abram suas portas para a comunidade adulta nesses programas de EJA e sejam voltadas para SAU - como Gastronomia / Nutrição / Agricultura urbana - e artesanato.

Relação Nominal de 10% dos participantes credenciados da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina

Nome (Letra de Forma)	Assinatura	RG ou CPF
1. FÁBIO GREGÓRIO		718426181-20
2. Simone Pacheco		572.952.479 - 04
3. DARANE YUMI		45.333013-7 RG.
Nome (Letra de Forma)	Assinatura	RG ou CPF
4. ANDREA FANTINI		746.729.601-24



FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

1. Tipo de Moção

() Apelo () Repúdio (x) Apelo () Solidariedade () Outros _____

2. Destinatário da Moção:

ESTADO DE SANTA CATARINA
ALESC E FÓRUM CATARINENSE DE COMÉRCIO AOS TRANSGÊNICOS

3. Proponente da Moção

Nome (opcional):

E AOS EFEITOS DOS AGRICULTORES

4. Texto da Moção:

Nos encaminhamentos da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Florianópolis nos dias 10-11 e 12 de setembro de 2015 apelamos ao Estado de Santa Catarina, à ALESC e ao Fórum Catarinense de Comércio aos Transgênicos e aos Efeitos das Agrotóxicos que proíbam a comercialização, o uso e a circulação da herbicida denominada "Glibit", utilizada nas culturas fumagema em função dos danos que este veno causou a agricultores, animais e outras áreas dedicadas à produção de alimentos nos espaços próximos à sua aplicação. Apelamos para sua proibição imediata em função de sua ação não ser localizada, afeteu amplos setores de entorno.

Relação Nominal de 10% dos participantes credenciados da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina

Nome (Letra de Forma)	Assinatura	RG ou CPF
1. Alexandre Luiz Prada		609.416.589-20
2. ANTONIO A.M. SANTOS		076.466.468-90
3. Acovado Raul		299.210.199-92
Nome (Letra de Forma)	Assinatura	RG ou CPF
4. Marcelle Regina		032.774.949-00



FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

1. Tipo de Moção

() Apoio () Repúdio (X) Apelo () Solidariedade () Outros _____

2. Destinatário da Moção:

Conab / mos / MOA / ALESC

3. Proponente da Moção

Nome (opcional):

4. Texto da Moção:

TORNAR O PAA UMA POLÍTICA DE ESTADO
COM LIBERAÇÃO DE RECURSOS PERMANENTE
DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DAS
ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIAR E
OS BENEFICIÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
SOCIAL ATENDENDO UMA DEMANDA
JÁ EXISTENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA
JUNTO A CONAB.
APELAMOS QUE A DEMANDA EXISTENTE SEJA ATENDIDA
PARA QUE PROGRAMAS COMO O BANCO DE
ALIMENTOS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE SAHS
TERIAM CONTINUIDADE

Relação Nominal de 10% dos participantes credenciados da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina

Nome (Letra de Forma)	Assinatura	RG ou CPF
1. Clara Terezinha Cunha		653230929-04
2. Arnaldo PIM		291210199-91
3. Marcos Inácio		3248645-SSP-SC
Nome (Letra de Forma)	Assinatura	RG ou CPF
4. RAQUEL MITOS RAHN		017430461-70



V CONFERÊNCIA REGIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

Formulário para Aprovação de Moções

Destinado à:

____ Secretaria do Estado (Agricultura e Cooperativas Sociais) _____

Assunto:

____ atualização de sistemas _____

Moção: Repúdio Apoio

Os delegados da V Conferência Regional de
Segurança Alimentar e Nutricional, convocados
pelos municípios de Xaxaré, e representados pelos
24 municípios da região do KMVI (Grande
Recife do estado de Pernambuco), vem através desta mo-
ção, a falta de comprometimento dos Estados
com a implementação dos consensos dos municípios,
onde as famílias foram cadastradas e foi enviado
um documento informando que o órgão se comprometia
com estratégias para a produção de alimentos
na alimentação, porém não houve a implementa-
ção da pesquisa, com a aquisição dos gêneros
e medicamentos de cerca de 10 municípios, em áreas
de diferentes necessidades. Os dados serão enviados
de 10 municípios de 10 mil litros de leite, com 100kg
de feijão, 100kg de arroz, com um fôlego
de 12 milhões de reais, para cada família.

Xaxaré, SC, 29 de Junho de 2015



V CONFERÊNCIA REGIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

Formulário para Aprovação de Moções

Destinado à: Governo do Estado de Santa Catarina

Assunto: Realização do Mercado Escolar

Moção: Rejeição Apoio

O Grupo e demais membros
Empenhados em Santa Catarina
de Realização do Mercado Escolar
por ~~especificamente~~ ^{especificamente} para escolas
introduzindo por ~~em~~ ^{em} ~~contra~~ ^{contra} os
procedimentos de Segurança Alimentar
e Nutricional.



V CONFERÊNCIA REGIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

Formulário para Apreciação de Moções

Destinado à:

CONSEA BSNP DUA 20

Assunto:

Empoderamento grupos comunitários nos municípios

Moção: Repúdio

Apoio

As emendas apresentadas de
grupo temáticas das plebiscitos para
gerar um novo modelo de
delegado representando para individual
e tirar melhor proposta específicas
da população e melhorar.

Xanxerê, SC, 29 de Junho de 2015



V CONFERÊNCIA REGIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

Formulário para Aprovação de Moções

Destinado à:

MDS / MDA

Assunto:

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PMA

Moção: Normativa

Apoio

TALIA DE INFORMAÇÕES E RECEITO DO
PROGRAMA E TALIA DO APINTE TÉCNICO
PARA O AGRICULTOR.

Xanxeré, SC, 29 de Junho de 2015

Resposta 1 – Que o Conselho tivesse um corpo técnico e ferramentas para demonstrar a sociedade civil as ações e resultados do SISAN.

Questionamento 4: Como construir um pacto federativo que atenda pelas necessidades de aperfeiçoamento e ampliação do SISAN?

Resposta 1 – O Conselho Municipal deve tomar o tranco das políticas públicas, com integralidade entre os setores, com uma discussão unificada, otimizando recursos e esforços.

Questionamento 5: Como garantir e potencializar a intersetorialidade como característica fundamental do SISAN?

Resposta 1 – Fomentar a transversalidade das políticas públicas para viabilizar as ações dos Conselhos

Resposta 2 – Unificar todos os Conselhos da rede em um único espaço com acesso direto ao Gabinete do Prefeito

Resposta 3 – Criar uma estrutura de SAN no município

Resposta 4 – Revisar a LOSAN municipal 7306/2012.

MOÇÕES APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL

1 MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, participantes da 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jorvilo, realizada no dia 18 de junho de 2015, **REPUDIAMOS**, a aprovação do Congresso da retirada da informação de Produto Transgênicos das embalagens (1)

2 - MOÇÃO DE PROPOSIÇÃO



CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE JARAGUÁ DO SUL
COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA
4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - ETAPA PREPARATORIA PARA A 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MOÇÃO

() APOIO () RECOMENDAÇÃO () REVINDICAÇÃO () INDIGNAÇÃO (X) REPÚDIO () OUTRAS

PROPOSITOR: Luiz Couro

A QUEM SE DESTINA:

NOME: SENA DO FOME

ÓRGÃO/ENTIDADE:

TEXTO

Repúdio à situação de fome em Jaraguá do Sul, onde milhares de pessoas não possuem acesso a alimentos básicos em sua alimentação, além de sofrerem a falta de do símbolo T em escolas.

ASSINAM

NOME	REPRESENTAÇÃO
Associação de Comunidade Bom Jardim Cultural	[Assinatura]
Associação do Carmo Benedito	Comitê
Sistema Saúde Municipal	Supere - UFSC
Associação de Mulheres	SENA DO FOME Jaraguá do Sul
Associação de Mulheres	[Assinatura]



CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE JARAGUÁ DO SUL
COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA
4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - ETAPA PRELIMINAR PARA A 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MOÇÃO

[] APOIO [] RECOMENDAÇÃO [x] REMINDICAÇÃO [] INDIGNAÇÃO [] REPÓDIO [] OUTRAS

PROPOSITOR: Rubens Nagel
A QUEM SE DESTINA:
NOME: Luiz Ademir Hoffmann
ÓRGÃO/ENTIDADE: LPA&St

TEXTO

Repor o quadro de pesquisadores e extensionistas que proporcionam, garantindo a continuidade dos projetos existentes e busca de novos, visando a soberania alimentar do nosso Estado

NOME	ASSINAM	REPRESENTAÇÃO
Rubens Nagel		COMSEA
Luiz Ademir Hoffmann		COMEDIAEFA Albano Kroll
Albano Kroll		COMSEA
Albano Kroll		COMEDIAEFA



CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE JARAGUÁ DO SUL
 COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA
 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - ETAPA PREPARATORIA PARA A 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MOCÃO

[] APROVADO [] RECOMENDAÇÃO [] REMINDICAÇÃO [] INDIGNAÇÃO [] REPELIDO [] OUTRAS

PROPOSTOR: Com. Com. Wladimir
 A QUEM SE DESTINA:
 NOME: Substituição do Artigo 10º da
 ÓRGÃO/ENTIDADE: CIBASC

TEXTO

Revisão do Regulamento das Ativas da Educação e da Saúde, com o intuito de atualizar o texto, para que seja atualizado o texto do seu artigo 10º da legislação da PDE, até o dia 31 de maio de 2016.

ASSINAM

NOME	REPRESENTAÇÃO
<u>Yara de Fátima Pereira</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>Roberto de Almeida</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>ELTON DE MOURA</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>Sérgio de Souza</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>Demétrio de Souza</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>Orlando de Souza</u>	<u>Sindicato COMSEI</u>
<u>Marcos Luis GALZ</u>	<u>MAB, INCAT</u>
<u>Roberto de Souza</u>	<u>COMSEC de Jaraguá</u>
<u>Roberto de Souza</u>	<u>COMSEI</u>
<u>Roberto de Souza</u>	<u>COMSEI</u>

Refrigerantes, Bebidas com teor alcoólico e alimentos (ão saudáveis) nocivos à saúde.

16. Tipo de Moção: Apelo

Florianópolis

Destinatária: Governo Municipal, Estadual e Federal

Proponente: Adelia Maria Ribeiro

Texto: Que os governos comprometam-se a divulgar informações sobre a alimentação saudável e segurança alimentar, por meio da mídia televisiva, rádio online, banners, cartazes, cartilhas e outros como Programa de Educação Alimentar Continuada, abrangendo toda população.

Que estimule Fóruns Populares e Audiências Públicas para discussão, proposição e formulação das políticas públicas que afetam a SAN.

Promover reuniões e grupos de estudos nas comunidades sobre alimentação, saúde e meio ambiente.

17. Tipo de Moção: Repúdio

Destinatária: Prefeitura Municipal de Florianópolis

Proponente:

Texto: Pela ausência do Prefeito Municipal na Selenidade de Abertura da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis, demonstrando desinteresse pela Política de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis.

18. Tipo de Moção:

Destinatária:

Proponentes:

Texto: Que o Serviço de Inspeção Municipal não permita que seja realizada a fiscalização/inspeção terceirizada dos estabelecimentos. Hoje a Inspeção Estadual é realizada dessa forma, onde o estabelecimento inspecionado é quem remunera o inspetor, isso gera conflito de interesses.

Nota: O Serviço de Inspeção Municipal é aquele que regulamenta a industrialização de produtos de origem animal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL – COMSEAN-BC



**III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Balneário
Camboriú
BC, 15 de abril de 2015**

Moções Aprovadas

1. As três esferas do governo manter política de segurança alimentar e nutricional com garantia a direito humano e alimentação adequada e saudável para as populações vulneráveis e também reconhecer as exigências da diversidade de gênero, étnica, racial e cultural de todas as pessoas.
2. Com planejamento e destinação de recursos assegurar acesso a água de qualidade como um direito básico das pessoas observando a sua preservação. Também ampliar sistemas de captação de água das chuvas para o consumo humano e irrigação das lavouras.
3. O Brasil além da política específica nacional existente, precisa reforçar a estrutura com planejamento que priorize a compra da agricultura familiar e do agroextrativismo para fortalecer o PAA.
4. Os CONSEAS estaduais devem continuar a luta para melhorar os indicadores sociais do território nacional mantendo sempre um grande esforço junto a opinião pública e os administradores de governos para que a questão alimentar e nutricional seja uma agenda permanente de direitos humanos.

Associação dos Municípios da Região do Contestado – AMURC **Curitibanos, Frel Rogério, Santa Cecília, Ponta Alta do Norte e São Cristóvão do Sul**

- ❖ Fortalecer a instância de controle social, especialmente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e revisão do sistema de compras dos municípios (licitações);
- ❖ Iniciar o processo de implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

4. Eleição de Delegados à Conferência Estadual

4.1. Eleição de representantes regionais

Em procedimento de plenária, a Conferência elegeu ainda os seguintes delegados de representação:

4.1.1. Pela Sociedade Civil:

Titular: Neomar Pinto Ribeiro - Coopirasc (Setor cooperativista)

Titular: Leticia Pereira - Movimento de Mulheres Camponesas

Suplentes: Gustavo Martini Mafra - Empresa Junior/UFSC

Vilmar Pereira - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Curitiba

4.1.2. Pelo Setor Público:

Titular: Cielton da Silva Oliveira - Nutricionista em Frel Rogério e São Cristóvão do Sul

Suplente: Thaline Machado - Nutricionista em Curitiba

5. Moção

A plenária recebeu proposição e aprovou ainda a seguinte proposta de moção a ser encaminhada e apresentada à plenária da Conferência Estadual do CONSEA anotando discordância e repúdio contra a terceirização da merenda escolar nas escolas públicas estaduais tendo em vista que tal política está em desconformidade com os princípios do SISAN e se apresenta como política altamente negativa à promoção da agricultura familiar em Santa Catarina.

Curitibanos, SC, 30 de Junho de 2015.

AMURC



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.412/0001-43
 Rua Alberto Stein, 456 – Fone (47) 3331-5800
 89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina
www.ammvi.org.br

<p>Moção</p>	<p>Os participantes da II Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional do Médio Vale do Itajaí reunidos no dia 18 de Junho de 2015, na Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí apelam aos municípios da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí para que implementem seus Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.</p> <p>Encaminhamento para: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI.</p>
---------------------	---

<p style="text-align: center;">Moção</p>	<p style="text-align: center;">MOÇÕES</p> <p>Os participantes da II Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional do Médio Vale do Itajaí reunidos no dia 18 de Junho de 2015, na Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí apelam para que os recursos provenientes do PAA sejam repassados aos municípios e consequentemente aos agricultores com maior efetividade cumprindo os prazos estabelecidos.</p> <p>Encaminhamento para: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e Ministério da Reforma Agrária – MDA.</p>
--	--

4. DELEGADOS ELEITOS

NOME	TITULAR OU SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO	CONTATO
Elen Kátia Wisieg Schlingmann	Titular	Governamental	E-mail: elen.kuras@pomaroda.sc.gov.br Telefone: (47) 9124-6072
Evani Otília Peixe	Titular	Governamental	E-mail: evanipeixe@blumenau.sc.gov.br

APIUNA – ASCURRA – BENEDITO NOVO – BLUMENAU – BOTUVERA – BRUSQUE – DOUTOR PEDRINHO
 GASPAR – GUABIRUBA – INDIAIAL – POMERODE – RIO DOS CEDROS – ROJÓ – TIMBO